



**Demonstrações financeiras**  
**Em 31 de Março de 2018 e 2017**

## Sumário

Balanços Patrimoniais.....	3
Demonstrações de resultados.....	4
Demonstrações de resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto.....	7
Notas Explicativas.....	8



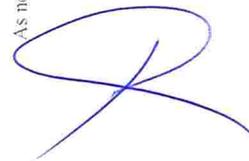
## Balanco Patrimonial

### Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e Equivalentes de caixa	4	44.947	40.418	Passivo circulante			
Créditos a receber	5	1.099	1.393	Remunerações e Encargos e Tributações	12	1.503	2.517
Numerários vinculados a programas e projetos	6	5.566	1.634	Obrigações com convênios e contratos	14	836	789
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	8.309	17.808	Contas a Pagar	16	2.782	10.013
Convênios e (acordos) a executar	8	994	1.822	Obrigações trabalhistas	15	3.997	3.477
Outros Créditos		914	421	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	4.940	5.535
				Outras Obrigações			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>61.829</b>	<b>63.496</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>14.058</b>	<b>22.331</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
Depósitos realizáveis		658	628	Passivo não circulante			
Aplicações financeiras		-	-	Provisões	10	3.130	3.130
Imobilizado	11	16.795	15.817	Transações com Sistema Sebrae	9	1.445	1.634
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>17.453</b>	<b>16.445</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.575</b>	<b>4.764</b>
				<b>Total do passivo exigível</b>		<b>18.633</b>	<b>27.095</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
				Superávits acumulados	17	50.977	48.699
				Superávit(déficit) do período - exercício		7.137	1.598
				Ajuste de avaliação patrimonial		2.535	2.549
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>60.649</b>	<b>52.846</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>79.282</b>	<b>79.941</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>79.282</b>	<b>79.941</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-Nacional

**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
<b>Receitas</b>			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	18	29.868	25.658
Receitas empresas beneficiadas	19	519	270
Receitas de convênios, Subvenções e auxílios financeiros	20	5	268
Outras receitas operacionais	21	262	354
<b>Total das Receitas</b>		<b>30.654</b>	<b>26.550</b>
<b>Despesas</b>			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	22	(12.584)	(12.237)
Serviços profissionais e contratados	23	(7.658)	(5.247)
Custos e despesas de operacionalização	24	(2.539)	(2.303)
Encargos diversos	25	(235)	(172)
Despesas com transferências e com programas e convênios		-	-
Despesas com provisões		(36)	(333)
Depreciação e amortização		(244)	(141)
Outras despesas operacionais		(828)	(351)
<b>Total de Despesas</b>		<b>(24.124)</b>	<b>(20.784)</b>
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		6.530	5.766
Receitas financeiras/variações	27	751	1.271
Variações Monetárias Ativa		6	4
Variações Monetárias Passivas		(40)	
Despesas financeiras		(110)	(298)
Resultado financeiro líquido		607	977
Superávit (déficit) do período		7.137	6.743

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Superávit (déficit) do período	<u>7.137</u>	<u>6.743</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>7.137</u></u>	<u><u>6.743</u></u>

As notas explicativas são parte integrante

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia - SEBRAE/BA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávits acumulados	Superávit do período	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	48.641	29	2.579	51.249
Incorporação do superávit do exercício anterior	29	(29)	-	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	2.593	-	(2.593)	-
Superávit do período	-	6.743	-	6.743
<b>Saldo em 31 de janeiro de 2017</b>	<b>51.263</b>	<b>6.743</b>	<b>(14)</b>	<b>57.992</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	48.699	1.598	2.549	52.846
Incorporação do superávit do exercício anterior	1.598	(1.598)	-	-
Ajuste patrimonial no período	-	666	-	666
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	2.535	-	(2.535)	-
Superávit do período	-	7.137	-	7.137
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>52.832</b>	<b>7.803</b>	<b>14</b>	<b>60.649</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do período	7.137	6.743
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	243	141
Ajuste patrimonial	666	-
Baixa de bens	-	-
Provisões não circulantes	-	75
	<u>8.046</u>	<u>6.959</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Creditos a receber	-	379
Numerários vinculados a convênios e programas	-	(8.260)
Créditos com o Sistema SEBRAE	-	(73)
Depósitos realizáveis a longo prazo	-	(52)
Transações com convênios a executar	-	262
Outros créditos	-	(449)
	<u>-</u>	<u>(8.193)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Remuneração e Encargos	(1.014)	(1.110)
Obrigações com convênios e contratos	47	286
Contas a pagar	(7.231)	(7.785)
Obrigações trabalhistas	520	737
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(595)	3.757
Obrigações com o Sistema SEBRAE LP	(189)	-
Outras obrigações	-	830
	<u>(8.462)</u>	<u>(3.285)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<u>(416)</u>	<u>(4.519)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Adições ao ativo imobilizado	(1.221)	(37)
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento</b>	<u>(1.221)</u>	<u>(37)</u>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(1.637)</u>	<u>(4.556)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	44.947	43.184
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	40.418	38.628
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>4.529</u>	<u>4.556</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas às demonstrações financeiras

### 1. Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia (“SEBRAE/BA” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Horácio César, n.º 64, Largo dos Aflitos, Dois de julho, Salvador /BA.

O âmbito de atuação do SEBRAE/BA constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado da Bahia, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/BA recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- SEBRAE Nacional e as demais unidades do sistema SEBRAE;
- FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia;
- FCDL - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas;
- FAEB - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia;
- FACEB - Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia;
- FECOMERCIO - Federação do Comércio do Estado da Bahia;
- BB - Banco do Brasil;
- BNB - Banco do Nordeste;
- CEF - Caixa Econômica Federal;
- IEL - Instituto Euvaldo Lodi;
- SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia;
- UFBA - Universidade Federal da Bahia; e
- SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O SEBRAE/BA é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída.

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e, portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

## **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente "NBC TG ") emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de abril de 2018.

### **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 10) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativas a planos

de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 28). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

#### **a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego**

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

### **3. Principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

#### **a. Reconhecimento das receitas e despesas**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 18). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 20).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

#### **b. Instrumentos financeiros não derivativos**

##### *i. Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem o setor de contas a receber e outros créditos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 04).

#### *ii. Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

#### *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento

for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 16).

*iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

**c. Classificação entre Circulante e Não circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

**d. Imobilizado**

*i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

*ii. Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

*iii. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Item	Vida útil
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Veículos	05 anos
Instalações	10 anos

#### e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

#### f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### g. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 10)

#### h. Benefícios a empregados

*Benefícios de curto prazo*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 28)

### ***Benefícios pós-emprego***

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Bahia SEBRAE/BA é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/BA reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/BA contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 28)

#### **i. Subvenção e assistência governamental**

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, subvenções e auxílios, e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

#### **j. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48, desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação, e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### **k. Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui

considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### **I. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10).

#### **m. Depreciação de ativos tangíveis**

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 3,33% a 33,34%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 11).

#### **4. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contas Bancárias/Caixa (i)	275,00	200,00
Aplicações Financeiras (ii)	44.672,00	40.218,00
<b>Total</b>	<b>44.947,00</b>	<b>40.418,00</b>

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	31,00	5,00
Banco do Brasil	205,00	158,00
Caixa Econômica Federal	31,00	29,00
BNB	8,00	8,00
<b>Total</b>	<b>275,00</b>	<b>200,00</b>

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
		Valor contábil	Valor contábil
Banco do Brasil	Milênio 10	33.817,00	30.269,00
Caixa Econômica Federal	Milênio 10	5.228,00	4.410,00
BNB	Fundo CDB	5.627,00	5.539,00
<b>Total</b>		<b>44.672,00</b>	<b>40.218,00</b>

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

## 5. Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Clientes (i)	1.081,00	1.369,00
Cheques (ii)	254,00	260,00
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (iii)	(236,00)	(236,00)
<b>Total</b>	<b>1.099,00</b>	<b>1.393,00</b>

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos.  
(ii) Refere-se a Cheques com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.  
(iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro nos últimos 180 dias.

## 6. Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	4.694,00	766,00
Caixa Econômica Federal	324,00	319,00
BNB	548,00	549,00
<b>Total</b>	<b>5.566,00</b>	<b>1.634,00</b>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/BA, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/BA. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com Convênios e Contratos", e detalhada na Nota Explicativa nº 14.

## 7. Adiantamentos Concedidos

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Funcionários (i)	658,00	87,00

(i) Refere-se a adiantamentos de Férias, 13º salário e viagens.

## 8. Convênios a executar

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênios	994,00	1.822,00

## 9. Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Créditos com o sistema SEBRAE
- Obrigações com Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

### a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos CSO a Receber (i)	8.309,00	0,00	8.309,00	17.584,00	0,00	17.584,00
Recursos de CSN a receber	0,00	0,00	0,00	224,00	0,00	224,00
<b>Total</b>	<b>8.309,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.309,00</b>	<b>17.808,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.808,00</b>

(i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias – CSO". O saldo remanescente de CSO registrado em março de 2018 será recebido em abril. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2018 a 2019 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

### b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição Circulante	31/03/2018	31/12/2017
----------------------	------------	------------

Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a executar (i)	4.073,00	0,00	4.073,00	4.682,00	0,00	4.682,00
CT. 602/2.017 – PDI (ii)	867,00	1.445,00	2.312,00	853,00	1.634,00	2.487,00
<b>Total</b>	<b>4.940,00</b>	<b>1.445,00</b>	<b>6.385,00</b>	<b>5.535,00</b>	<b>1.634,00</b>	<b>7.169,00</b>

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-21, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2018 os acertos contábeis no SEBRAE/BA e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.
- (ii) As obrigações de longo prazo com o SEBRAE/NA, relativo ao empréstimo em 36 parcelas do programa de demissão incentivada (PDI).

**c. Transações de resultado**

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	28.704,00	25.276,00
Contribuição Social Nacional (CSN)	1.164,00	382,00
<b>Total</b>	<b>29.868,00</b>	<b>25.658,00</b>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

**d. Operações com pessoal-chave da Administração**

**Empréstimos para diretores**

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

**Remuneração de pessoal-chave da Administração**

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art. 9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/BA é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal, chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
-----------	------------	------------

Remuneração	273,00	268,00
Benefícios	17,00	28,00
<b>Total</b>	<b>290,00</b>	<b>296,00</b>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar – SEBRAEPREV – estão descritos na Nota Explicativa nº 28.

## 10. Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/BA como risco “provável” de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	647,00	617,00	2.680,00	2.680,00
Riscos Cíveis	11,00	11,00	88,00	88,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	362,00	362,00
<b>Total</b>	<b>658,00</b>	<b>628,00</b>	<b>3.130,00</b>	<b>3.130,00</b>

(i) As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/BA.

O SEBRAE/BA possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	1.607,00	1.467,00
Riscos Cíveis	42,00	42,00
<b>Total</b>	<b>1.649,00</b>	<b>1.509,00</b>

## 11. Investimento, imobilizado e intangível

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação (a. a)	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Valor em 31/03/2018
Custo contábil	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Terreno	-	10.484,00	0,00	0,00	10.484,00
Edificações	4%	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00
Obras em Andamento	-	338,00	0,00	0,00	338,00
Móveis e utensílios	10%	2.695,00	0,00	0,00	2.695,00
Veículos e Assessorios	20%	62,00	0,00	0,00	62,00
Máquinas/equipamentos	10%	1.991,00	102,00	0,00	2.093,00

Equipamentos de informática	33,33%	4.608,00	1.120,00	0,00	5.728,00
Instalações	10%	370,00	0,00	0,00	370,00
Aquisições em andamento	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de Terceiros	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total do custo</b>	-	24.148,00	1.222,00	0,00	25.370,00
<b>Total da depreciação acumulada</b>	-	(8.331,00)	(244,00)	0,00	(8.575,00)
<b>Total líquido</b>	-	15.817,00	978,00	0,00	16.795,00

## 12. Remuneração e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados: e encargos a recolher como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração a pagar	0,00	0,00
Encargos sociais a recolher	893,00	1.061,00
Consignações da Folha de Pagamento	0,00	1,00
<b>Total</b>	<b>893,00</b>	<b>1.062,00</b>

## 13. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de empregados, terceiros, serviços e outro como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF-folha	326,00	877,00
ISS	38,00	136,00
INSS-SER- TERC.	61,00	84,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	185,00	358,00
<b>Total</b>	<b>610,00</b>	<b>1.455,00</b>

## 14. Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênio SIDC	0,00	0,00
Convênio Arapyau	192,00	187,00
Convênio Vanádio Maracás	0,00	0,00
Convênio SECT/SEBRAE	327,00	323,00
Convênio BRASILGÁS	86,00	56,00
Convênio Braskem Cadeia de Plástico	1,00	1,00

Convênio Fundação BB	0,00	0,00
Convênio Encadeamento Produtivo de Feira	4,00	3,00
Convênio M. DIAS	3,00	4,00
Convênio SENAR – Manejo Rep. Rebanho Leiteiro	204,00	200,00
Convênio SENAR – Turismo	19,00	15,00
<b>Total</b>	<b>836,00</b>	<b>789,00</b>

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

### 15. Obrigações trabalhistas

Refere-se a provisões de férias e remuneração variável e encargos pertinentes, sendo constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro funcional, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações sobre férias e 13º salário	3.356,00	2.014,00
Obrigações sobre Remuneração Variável	641,00	1.463,00
<b>Total</b>	<b>3.997,00</b>	<b>3.477,00</b>

### 16. Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	534,00	8.479,00
Adiantamentos de Clientes	279,00	0,00
Cauções e Depósitos	25,00	25,00
Outras Obrigações (Retenções contratuais e receitas apropriar)	1.944,00	1.509,00
<b>Total</b>	<b>2.782,00</b>	<b>10.013,00</b>

### 17. Patrimônio líquido

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Superávit Acumulado	50.977,00	48.699,00
Superávit (déficit) do exercício	7.137,00	1.598,00
Ajuste Avaliação Patrimonial	2.535,00	2.549,00
<b>Total</b>	<b>60.649,00</b>	<b>52.846,00</b>

#### a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

**b. Superávits acumulados**

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

**c. Superávit (Déficit) do exercício**

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio líquido da Entidade.

**18. Receitas com contribuição social**

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	28.704,00	25.276,00
Contribuição Social do Nacional - CSN (b)	1.164,00	383,00
<b>Total da receita líquida</b>	<b>29.868,00</b>	<b>25.658,00</b>

**a. Contribuição Social Ordinária (CSO)**

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

**b. Contribuição Social Nacional (CSN)**

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/BA para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/BA (IN.37.21).

**19. Receitas de empresas beneficiadas**

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Treinamentos	134,00	105,00
Consultoria	350,00	149,00
Feiras	35,00	10,00
Palestras	0,00	0,00
EMPRETEC	0,00	0,00
Outras	0,00	6,00
<b>Total</b>	<b>519,00</b>	<b>270,00</b>

**20. Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros**

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/BA.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênio SECT	3,00	5,00
Convênio BRASKEM Cadeia de Plástico	0,00	14,00
Convênio Fundação Banco do Brasil.	0,00	249,00
Convênio M. DIAS.	2,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5,00</b>	<b>268,00</b>

### 21. Outras receitas operacionais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Recuperação e restituições	157,00	103,00
Recuperação de pessoal cedidos	102,00	88,00
Outras Receitas	3,00	163,00
<b>Total</b>	<b>262,00</b>	<b>354,00</b>

### 22. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Salário e Proventos	5.958,00	5.968,00
13º. Salário	575,00	576,00
Férias	714,00	740,00
Outros gastos com pessoal (Indenizações Trabalhistas)	560,00	21,00
Encargos Sociais	2.758,00	2.804,00
Benefícios Sociais	2.019,00	2.128,00
<b>Total</b>	<b>12.584,00</b>	<b>12.237,00</b>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

### 23. Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Instrutória e Consultoria -	3.639,00	2.079,00

Serviços Técnicos e Especializados	1.156,00	1.042,00
Manutenção, Segurança e Limpeza	785,00	652,00
Demais Serviços contratados-	2.075,00	1.474,00
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	3,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.658,00</b>	<b>5.247,00</b>

#### 24. Custos e Despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Despesa de Viagem	475,00	404,00
Aluguéis e Encargos	929,00	787,00
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda	151,00	40,00
Serviços Gráficos e de Reprodução	171,00	85,00
Serviço de Comunicação em Geral	370,00	537,00
Materiais de Consumo	192,00	214,00
Demais custo e despesas Gerais	251,00	236,00
<b>Total</b>	<b>2.539,00</b>	<b>2.303,00</b>

#### 25. Encargos diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Impostos e Contribuições	218,00	152,00
Taxas	17,00	20,00
<b>Total</b>	<b>235,00</b>	<b>172,00</b>

#### 26. Despesas com provisões

Nesse grupo são registradas as despesas com provisões constituídas no período.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Provisão Para Riscos Fiscais e outras	36,00	236,00
Provisão para perdas diversas	0,00	96,00
<b>Total</b>	<b>36,00</b>	<b>332,00</b>

#### 27. Resultado Financeiro Líquido

Nesse grupo são registrados os rendimentos financeiros e as despesas financeiras, bem como as variações monetárias ativas e passivas, decorrentes dos fundos de investimentos e aplicações que tem o objetivo de resguardá-lo da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Rendimentos Financeiros	751,00	1.271,00
(-) Despesas financeiras	(55,00)	(6,00)
(-) Despesas com IR s/. Aplicação e IOF	(55,00)	(292,00)
Variação Monetária Ativa	6,00	4,00
(-) Variação Monetária Passiva	(40,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>607,00</b>	<b>977,00</b>

## 28. Benefícios a empregados (plano de previdência privada)

### 28.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão.
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões.
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE Nacional contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez, assim descritas: Tábua de mortalidade /sobrevivência de ativos; Tábua de mortalidade /sobrevivência de inválidos e Tábua de entrada de invalidez. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o

aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

## 29. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 10.000 para incêndio e R\$ 70 de responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

## 30. Instrumentos Financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado (taxa de juros)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

### *Principais instrumentos financeiros*

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento)
- Contas a receber
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais
- Contas a pagar a fornecedores e outras

### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal (\*). A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos

federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

#### *Exposição a risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.947	40.418
Créditos a receber	5	1.099	1.393
Numerários vinculados a projetos e convênios	6	5.566	1.634
Adiantamentos concedidos e outros créditos	7	658	87
Convênios a executar	8	994	1.822
Créditos com o sistema SEBRAE	9	8.309	17.808

#### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Passivos financeiros	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e Encargos	893	-	-	-
Obrigações tributárias	610	-	-	-
Obrigações com convênios e contratos	836	-	-	-
Contas a pagar	2.782	-	-	-
Obrigações trabalhistas	3.997	-	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	6.385	-	-	-

(i) Em 31 de março de 2018, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

#### *Risco de mercado (taxa de juros)*

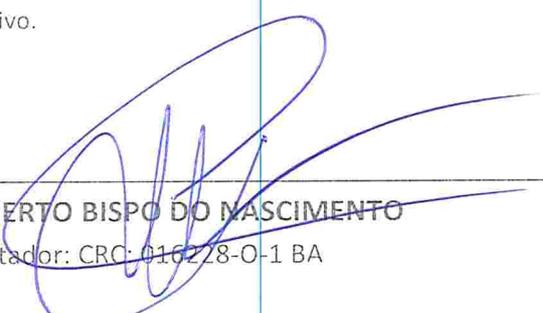
Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 04, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que, efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado. A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

#### *Análise de sensibilidade*

Conforme disposto no item 40 do NBC TG- 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/BA desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade (Nota Explicativa nº 4) que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, conforme informações de empresa terceirizada contratada, não estão sujeitos às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base na taxa futura da BOVESPA que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa DI será de 7,25% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma baixa nas taxas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

O NBC TG 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*nonperformance risk*"), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.



---

**ALBERTO BISPO DO NASCIMENTO**

Contador: CRC: 016228-O-1 BA

#### **Dirigentes**

**JORGE KHOURY HEDAYE**

Diretor Superintendente

**FRANKLIN SANTANA SANTOS**

Diretor Técnico

**JOSÉ CABRAL FERREIRA**

Diretor Administrativo e Financeiro

Período: Janeiro a Março de 2018					Balanco Orçamentário - Sebrae/BA					R\$ mil				
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual			% (c/b)	Δ% (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual			% (c/b)	Δ% (c/a)	
		Previsão Original (b)	Execução (c)						Previsão Original (b)	Execução (c)				
<b>Receitas Correntes</b>	<b>27.660</b>	<b>140.887</b>	<b>31.400</b>	<b>0</b>	<b>113,5213</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>20.256</b>	<b>146.799</b>	<b>23.126</b>	<b>0</b>	<b>114,1686</b>			
Contribuição Social	25.276	100.512	28.704	28,6	113,6	Pessoal, Encargos e	12.237	53.721	12.584	23,4	102,8			
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN Aprovada	382	9.347	1.164	12,5	304,7	Serviços Profissionais e Contratados	5.247	76.400	7.658	10,0	146,0			
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN Proposta		17.559				Demais Despesas Operacionais	2.302	15.287	2.539	16,6	110,3			
Convênios (Parcelros )	267	1.160		0,0	0,0	Encargos Diversos	470	1.191	345	29,0	73,4			
Aplicações Financeiras	1.271	4.000	751	18,8	59,1	Transferências		200		0,0				
Empresas Beneficiadas	270	7.309	519	7,1	192,2					0,0	0,0			
Outras Receitas	194	1.000	262	0,0	135,1									
Deficit Corrente						Superávit Corrente	7.404		8.274					
Reciclação de Bens/Outros	0	0	4	4	0,0	Despesas de Capital	120	5.632	826	0	688,3333			
Oper. Crédito / Receb.					0,0	Investimentos / Outros	78	632	612	96,8	784,6			
Saldo de Exercícios		20.000			0,0	Amortização de	42	5.000	214	4,3	509,5			
Receitas Totais	27.660	160.887	31.404	0	113,5358	Fundo de Reserva	20.376	8.456	23.952	0	117,5501			
Deficit Total						Despesas Totais	7.284	160.887	7.452					
Total Geral	27.660	160.887	31.404	0	113,5358	Superávit Total	27.660	160.887	31.404	0	113,5358			

ALBERTO BISPO DO NASCIMENTO  
Controlador: CRC: 076279-0/1-BA

Dirigentes

JORGE KHOURY HEDAYE

Diretor Superintendente

FRANKLIN SANTANA SANTOS

Diretor Técnico

JOSE CABRAL FERREIRA

Diretor Administrativo e Financeiro